

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS/UFMS: PERSPECTIVAS, DISCUSSÕES E PESQUISAS

*Gustavo Villela Lima da Costa**
*Marco Aurélio Machado de Oliveira***

Resumo: Este artigo apresenta algumas das diversas abordagens de “fronteira”, a partir das quais ancoramos nossos debates teóricos nos cursos do Mestrado em Estudos Fronteiriços na UFMS. A perspectiva dos estudos interdisciplinares impõe grandes desafios para os pesquisadores, sejam eles professores e orientadores do curso de Mestrado, sejam alunos, que devem necessariamente transitar entre as várias áreas de conhecimento. Como trabalhar, na prática, os estudos fronteiriços sob uma perspectiva interdisciplinar? Como “cruzar as fronteiras” de nossas formações acadêmicas? Este texto pretende, menos do que chegar a conclusões definitivas sobre a questão, abrir o debate a partir de nossa experiência de trabalho.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, fronteiras, pós-graduação.

INTERDISCIPLINARY MASTER OF BORDER STUDIES/UFMS: PERSPECTIVES, DISCUSSIONS AND RESEARCH

Abstract: This article presents some of the various approaches of “frontier”, from which we anchor our theoretical debates in the course of the Master of Border Studies at UFMS. The perspective of interdisciplinary studies imposes great challenges for researchers, whether they are teachers and mentors of the Master, or the students, who must necessarily move between the various areas of knowledge. How should we work in practice, border studies in an interdisciplinary perspective? How can we “cross borders” of our academic backgrounds? This text less than reaching definitive conclusions on the issue, open the debate from our work experience.

Keywords: Interdisciplinarity, borders, post-graduation.

A perspectiva dos estudos interdisciplinares do Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) coloca grandes desafios para os pesquisadores, sejam eles professores e orientadores do curso de Mestrado, sejam os alunos, que devem necessariamente estabelecer um diálogo entre as várias disciplinas que trabalham sobre o tema. A grande heterogeneidade de formações acadêmicas dos alunos do curso também amplia as possibilidades de discussões mais amplas, na mesma medida em que enseja dificuldades para o estabelecimento de denominadores comuns em torno das abordagens teóricas e metodológicas.

Os desafios de implantar um Mestrado interdisciplinar profissionalizante, em uma cidade afastada dos grandes centros de produção de conhecimento no Brasil, como é o caso de Corumbá-MS, são muito grandes, especialmente no que se refere ao intercâmbio de pesquisadores. Esses desafios são

acentuados pelo caráter inédito, tanto do tema, quanto do histórico do câmpus do Pantanal, unidade da UFMS em Corumbá, que teve no MEF sua primeira pós-graduação *Stricto Sensu*.

O MEF foi criado em 2008, no câmpus do Pantanal, na cidade de Corumbá pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Essa cidade localiza-se em região privilegiada, o que acarretou no reconhecimento da necessidade de novos estudos sobre fronteiras, considerando o perfil pluridisciplinar do tema e da formação dos docentes, bem como, pela necessidade de capacitar criticamente agentes de instituições que atuam diretamente sobre as fronteiras. Tais foram as razões da construção de um Mestrado interdisciplinar, sobre fronteiras e profissionalizante.

O Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF) enfrenta, desde sua implantação, inquietantes contextos de investigação. Seu corpo docente, integralmente composto por Doutores, é formado por sete geógrafos, quatro historiadores, um antropólogo, uma bióloga, dois Doutores em Direito, uma Doutora em Letras e um Doutor em Psicologia. Os docentes do Programa estão divididos em três linhas de pesquisa: 1. Ocupação e Identidade Fronteiriças; 2. Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente; 3. Saúde e Trabalho da População de Fronteira.

A opção de criar um Mestrado Interdisciplinar abre espaço para trocas criativas entre pesquisadores e para o alargamento dos horizontes daqueles que partem para um diálogo com outras disciplinas. Entretanto, é preciso levar em conta, também, que ainda existe grande preconceito no meio acadêmico com um mestrado de cunho interdisciplinar, sobretudo em uma época em que prevalece cada vez mais a superespecialização do conhecimento. Tomemos como exemplo a abertura de concursos para professores universitários no Brasil que raramente contemplam a formação interdisciplinar, exigindo, como regra geral, a contratação de professores especialistas em uma área específica.

Além das dificuldades institucionais, faz-se necessário um investimento em leituras interdisciplinares, que permitam um diálogo entre as áreas de conhecimento. Uma das tarefas iniciais do Programa de Mestrado, portanto, é o de inserir as pesquisas realizadas no âmbito do Mestrado no mapa das pesquisas sobre fronteiras no Brasil. Esta "cartografia" dos estudos fronteiriços deve necessariamente conter os debates interdisciplinares das ciências humanas, criando um espaço de diálogo entre geógrafos, linguistas, historiadores, sociólogos, antropólogos, juristas e diplomatas, entre outras áreas do conhecimento. Este artigo pretende, assim, apresentar algumas das diversas abordagens de "fronteira", dos conceitos a partir dos quais ancoramos nossos debates teóricos nos disciplinas do Mestrado em Estudos Fronteiriços. Neste sentido, esse texto pretende menos do que chegar a conclusões definitivas sobre a questão, abrir o debate com outros colegas e interessados no assunto.

O primeiro desafio que encontramos em nossos estudos foi o de escapar ao sentido estéril do termo interdisciplinaridade, ou seja, ao mesmo

tempo em que o termo designa uma condição fundamental das pesquisas acadêmicas, há, de fato pouco debate interdisciplinar nas universidades brasileiras, além do que, tanto as universidades quanto as agências de fomento à pesquisa pouco mudaram institucionalmente para dar conta dessas propostas (LEIS, 2011). Leis (2011) identifica duas características principais da interdisciplinaridade: a primeira que a define como um processo de resolução de problemas ou de abordagem de temas que, por serem, muito complexos, não podem ser trabalhados por uma única disciplina; a segunda que a define como uma capacidade de integrar modos de pensar de várias disciplinas para produzir um avanço no conhecimento, que seria impossível a partir de disciplinas isoladas (LEIS, 2011, p. 107). Neste sentido, um dos desafios dos projetos e programas de pesquisas interdisciplinares seria o de equilibrar esses dois aspectos na produção acadêmica, levando-se em conta ainda que os estudos interdisciplinares se situam na contra mão da crescente especialização positivista da produção acadêmica.

Como trabalhar, então os estudos fronteiriços sob uma perspectiva interdisciplinar? Quais autores têm nos ajudado nesta tarefa? Em primeiro lugar, como afirma Pierre Bourdieu, os lugares difíceis como entendemos que sejam as fronteiras, são antes de tudo difíceis de descrever e difíceis de pensar. As respostas estão, certamente, na combinação do trabalho empírico com o teórico, incluindo nisso a necessidade da incansável busca de um debate sobre as metodologias a serem aplicadas. Na primeira parte deste artigo buscaremos sintetizar alguns debates interdisciplinares sobre a temática “Fronteira”. Na segunda parte, apresentaremos a forma como procuramos passar da teoria à prática, a partir de nossa experiência de implantação e desenvolvimento do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Fronteiras: muito além dos Estados

A fronteira é, de fato, vivida por seus habitantes como um espaço contínuo de tráfego de pessoas, mercadorias, conhecimentos e tradições, ou seja, são coletividades que se vinculam através da linha divisória entre os países. É importante destacar, porém, que de maneira alguma falamos da abolição das fronteiras entre países, como bem ensinou Claude Raffestin, outro mito moderno do “mundo sem fronteiras”, já que apenas aparentemente esta fronteira é uma abstração, pois é justamente por sua existência, é que todas essas interações e circulação humana ocorrem.

Neste sentido nos parece muito mais interessante compreender quais são os efeitos de poder dos estados-nacionais, ou seja, de que forma atuam sobre os moradores das regiões fronteiriças, desde as ações consideradas como elementares (saúde, educação, etc.), até e, sobretudo, através de seu aparato administrativo de vigilância e controle. Gramsci, por exemplo, entende o Estado como “o complexo de atividades práticas e teóricas com

as quais a classe dirigente justifica e mantém não só seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1980, p. 87). Para este autor, a burocracia estatal (mantida pelos tributos) acaba por cristalizar um corpo de dirigentes que exerce o poder coercitivo e que se torna um aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população, configurando um Estado ao mesmo tempo governante e coercitivo (GRAMSCI, 1980). Esta coerção se mantém historicamente através da produção de discursos e ideologias que reproduzem o sentimento de crença no prestígio de quem governa e sustentam o consentimento da população, estabelecendo uma moral de obediência à lei e aos valores da “classe dirigente”. Entre as questões que procuramos debater estão os discursos que são produzidos pelos agentes estatais e de que forma esses discursos se reificam na mídia e na opinião pública. Em contrapartida é preciso entender também em que medida os moradores das fronteiras produzem contra-discursos não hegemônicos (FOUCAULT, 1979, 1997). Esta tensão entre as legislações dos Estados Nacionais e a vida fronteiriça gera inúmeras demandas por parte de moradores que dependem do diferencial fronteiriço (econômico e social) para trabalhar. Entre as reivindicações destacamos os pedidos para a implantação de acordos e legislações específicas que levem em conta o que Oliveira (2010) descreve como a “lógica fronteiriça” e que flexibilizem ou adaptem leis de caráter nacional às fronteiras (OLIVEIRA, 2010).

Esta ameaça ao monopólio de poder, pretendido pelo Estado, posta em prática pelos moradores fronteiriços é combatida, na prática, por um corpo de funcionários, que atuam como “vigias da desordem, prevendo os perigos de criminalidade e sancionando os desvios”, representando um aparelho de Estado que se apóia em pequenos panoptismos¹ regionais e dispersos (FOUCAULT, 1979). Podemos considerar, por exemplo, a partir de pesquisas realizadas em Corumbá (COSTA, 2010), que a indisciplina dos comerciantes que “insistem” em realizar o comércio nas fronteiras configura uma subversão ou uma insurreição contra os efeitos de poder centralizadores, ligados à instituição e ao funcionamento de discursos do Estado. De acordo com Foucault, as relações de poder não podem estar dissociadas dos discursos, que pretendem produzir verdades, a que se acopla o direito, por exemplo. O direito deve ser visto, portanto como um “procedimento de sujeição, que ele desencadeia e não como uma legitimidade a ser estabelecida” (FOUCAULT, 1979, p. 182). O estudo dos processos de vigilância na fronteira, não apenas a partir de grandes operações policiais, pode revelar mecanismos de atuação do poder nos locais aonde é implantado e onde produz efeitos reais. Os postos fronteiriços de vigilância alfandegária e policial, por exemplo, demandam certos procedimentos disciplinares que são incorporados também pelos moradores que cruzam a fronteira diariamente, impondo normas e padrões, gestos, olhares e comportamentos. O poder soberano exercido pelo Estado não se impõe somente sobre o território, mas também sobre os corpos e sobre os comportamentos.

Vivendo na fronteira: dinâmicas sociais e reconfigurações identitárias

A vida nas regiões de fronteira possui uma dinâmica própria, que em muitos sentidos desafia a ordem nacional e seus mecanismos de controle e vigilância, transcendendo o dogma da soberania. Por outro lado, é justamente pelo contato com o “outro”, com o estrangeiro fronteiriço, que se forja e reafirma a construção do sentimento de pertencer à nação, por parte dos moradores fronteiriços, diferentemente de outras áreas centrais do Estado. Sendo assim, entendemos que existe uma peculiaridade na vida fronteiriça. Resta saber quais dinâmicas sociais são próprias às regiões de fronteira e que fenômenos sociais podem ser estudados no intenso fluxo de pessoas mercadorias e tradições que ocorrem, em geral, nessas regiões (sob tensões e conflitos entre a lógica dos moradores e lógica do Estado). Para responder a essas questões devemos seguir o conselho de Alejandro Grimson, antropólogo argentino, de que devemos “ir às fronteiras” e pensar as fronteiras a partir das mesmas, levando em conta o ponto de vista dos próprios moradores locais.

A partir daí se abre um interessante campo de pesquisas sobre os processos de construção e reconfiguração das identidades em áreas de fronteira. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2005), por exemplo, entende que as áreas de fronteira representam contextos privilegiados para a descrição e análise da produção social da diferença nacional, em uma situação sociocultural extremamente complexa. Este autor cita como exemplo de multifacetação da identidade nacional o caso dos índios Ticuna, na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, na qual esses grupos podem ser simultaneamente Ticuna e Peruano ou Colombiano, para os brasileiros, ou Ticuna e brasileiro ou peruano para os colombianos e assim por diante.

O processo de construção das identidades nas áreas fronteiriças é, portanto, um fenômeno peculiar e complexo, em que as categorias “fronteira” ou “fronteiriço” adquirem significados distintos de acordo com o posicionamento social e interesse dos atores sociais que vivenciam a experiência de morar nessas regiões. Existe, porém, uma tendência a acoplar o fenômeno da identidade à “cultura”, “etnia”, “território” ou “nação”, que acaba por criar ficções acadêmicas. Neste processo, de múltiplos encontros com o “outro” é que se dão as condições para a manipulação, instrumentalização e negociação das identidades e é neste contexto em que as identidades são vividas e sentidas profundamente pelos atores sociais. Para explicar o processo de reconfiguração das identidades em áreas de fronteira, é preciso entender que toda construção da identidade pressupõe tanto uma origem (uma matriz simbólica ou cultural que dá sentido e ordena a vida social), quanto uma trajetória (um processo de construção e instrumentalização das identidades, a partir da interação social que produz a diferença) (OLIVEIRA FILHO, 1998). Neste debate destacamos o trabalho de Hannerz (1997), que utiliza três conceitos: o conceito de “Fluxos”, a partir dos quais

ocorre uma reorganização da cultura no espaço, observando os processos de reconfigurações de identidades em que há sempre a possibilidade do manejo, muitas vezes estratégico, da cultura; o conceito de “Fronteiras e Limites”, entendidos como algo através dos quais se dão os contatos e as interações, ao invés de marcar as culturas isoladas umas das outras; e o conceito de “Híbridos” que possibilita enxergar uma realidade fronteiriça como um fenômeno original de “transculturação”, tornando mais complexa a tendência essencialista de ver a cultura apenas como um marcador de grupos, separando-os de forma absoluta (HANNERZ, 1997).

Estudar as fronteiras (ou nas fronteiras), portanto, impõe ao pesquisador a preocupação com a negociação da identidade onde todos esperam que a identidade seja um problema (DONNAN; WILSON, 1994). Ou seja, a fronteira acaba criando necessariamente um “outro”, uma sentimento de alteridade; mas também acaba reforçando a identidade do “eu” e do “nós”, em relação ao que é “diferente”. A partir daí, entendemos que os grupos e suas identificações não podem ser compreendidos em si mesmos, mas somente na relação com os “outros”, estudando os “limites podemos saber aquilo que um grupo ou uma identificação incluem ou excluem, assim como os dispositivos através dos quais constroem essas diferenças, articulando-as, na maior parte dos casos com formas de desigualdade” (GRIMSON, 2001, p. 89), o que implica que esses estudos revelam muito sobre a construção das relações de poder, tanto a partir da relação entre moradores e o Estado, quanto entre as classes sociais e os vários grupos de status que convivem na fronteira. As identidades dos moradores fronteiriços se processam, também, na tensão entre o controle do Estado e a possibilidade de sua evasão (GRIMSON, 2001).

O poder, portanto, não pode ser encarado como uma via de mão única, em que o Estado é o único agente produtor de identidades, definidor dos seus limites e de sua própria história, isto é, que as regiões de fronteira, a partir da vida de seus moradores, possuem um papel fundamental (e muitas vezes ignorado) na formação das nações e dos Estados. Para Grimson, “se trata de ir às fronteiras estatais com uma perspectiva aberta que permita detectar e compreender não apenas a multiplicidade e mistura de identidades, mas também suas distinções e conflitos. Disputas culturais nos confins do poder” (GRIMSON, 2000, p. 1).

As fronteiras são, portanto, representadas de diferentes modos pelos atores sociais que as vivenciam, o que revela seu caráter polissêmico. Para Vidal, as fronteiras devem ser entendidas em três dimensões: em seu sentido espacial, em sua acepção jurídica e também como limite que traça os contornos de um grupo. Esta polissemia do termo “fronteira” demonstra de maneira clara que não podemos usá-lo apenas para designar uma linha entre dois estados, mas que as fronteiras podem “separar os territórios no seio de um mesmo espaço nacional e se formar no espírito dos indivíduos quando se identificam em conjuntos distintos” (VIDAL, 2008, p. 102). Os

estudos nas fronteiras entre países, cujos limites nacionais estão claramente demarcados, revelam, no fundo, a configuração de fronteiras sociais menos óbvias e visíveis que aí se configuram, seja a partir de vinculações étnicas, nacionais e de classe social, seja a partir de classificações jurídicas, que determinam direitos e deveres dos atores sociais, seja pela vinculação a um território. É em torno dessas fronteiras sociais é que são forjadas as identidades, em processos dinâmicos de luta política pelas classificações por parte dos indivíduos e coletividades.

Na realidade em que vivemos na fronteira Brasil-Bolívia, percebemos que prevalece uma representação social que divide de maneira absoluta os moradores da fronteira entre bolivianos de um lado e brasileiros, de outro, como se houvesse um “muro invisível” situado na fronteira. Neste processo de construção da alteridade na fronteira, é a construção negativa do “outro”, que sustenta a própria identidade brasileira, ou seja, o boliviano se constrói no imaginário brasileiro, na fronteira, fora dos parâmetros que definem os valores civilizados. Sendo assim, esta imagem do “outro” ganha contornos específicos na fronteira Brasil – Bolívia em Corumbá, na medida em que a Bolívia é vista por parte da população como símbolo do atraso, de pobreza e da falta de civilidade, resumido nas categorias “chocos”, “collas” ou simplesmente “índios”. Um funcionário federal entrevistado em Corumbá, afirmou, por exemplo: “todo dia eu vou dormir e sonho que estou na fronteira com a Noruega, a Dinamarca, mas aí eu acordo e estou na fronteira com a Bolívia”. Neste exemplo aparecem os países nórdicos da Europa como exemplo de desenvolvimento, entre outros estereótipos e a Bolívia como símbolo do atraso. Percebe-se a partir da vivência cotidiana a utilização de categorias recorrentes que são utilizadas por brasileiros na fronteira, para caracterizar os bolivianos como: “sujos”, “índios”, “na Bolívia não tem lei”, “o boliviano não sabe dirigir”, “são corruptos”. A partir dessas classificações é possível pensar que a alteridade baseada na nacionalidade é ainda mais extrema quando os bolivianos são designados pela categoria “índio”, em que não apenas são “outros” nacionais, como também são “outros” que não fariam parte dos valores da “civilização”, associados à “barbárie”.

Ribeiro (2011) realizou uma pesquisa etnográfica em uma escola da cidade de Corumbá, identificando o preconceito e a atribuição de estigmas sobre as crianças de origem boliviana que aí estudam. Podemos perceber no relato abaixo, extraído de sua dissertação, a partir do qual a autora faz a seguinte afirmação: “este relato traz embutido em seu bojo um conflito típico do cotidiano escolar, marcado pela violência verbal que aparece como discriminação, segregação, exclusão ou simplesmente como indiferença ao outro” (RIBEIRO, 2011, p. 40):

Sou brasileira, tenho dois filhos brasileiros e meu marido é boliviano. Temos um padrão de vida muito bom, meu marido tem posição financeira definida. Em casa, muitas vezes conversamos em espanhol. Acredito que essa seja

uma forma de transmitir uma multiculturalidade para os meus filhos. Meu marido tinha por hábito ao buscar nossos filhos na escola, chamá-los em espanhol. Os meninos pediram a ele para que não os buscasse mais, ou então, se o fizesse, ficasse calado, para que não fossem criticados pelos colegas (L, 40 anos). (RIBEIRO, 2011, p. 40).

Neste relato, podemos notar o preconceito linguístico com o espanhol, no momento em que as crianças pedem ao pai para não falar em espanhol com elas na porta da escola, pois seriam ridicularizados pelos demais colegas. Além disso, quando a mulher afirma, em seu próprio discurso, a posição econômica “definida” do marido boliviano, defende-se de uma situação social de estigmatização em que está presumida a suposição de que os bolivianos sejam “pobres”, ou que venham necessariamente das camadas econômicas mais baixas da sociedade. Outra categoria que aparece recorrentemente em Corumbá sobre a Bolívia e os bolivianos é o binômio sujeira/doença. A associação que se faz entre a “falta de higiene” dos bolivianos e, por conseguinte das cidades bolivianas fronteiriças como foco de doenças perpassa desde o cidadão comum até os órgãos de governo no lado brasileiro. Enfermidades como a raiva, a leishmaniose e a dengue aparecem como problemas não tratados do lado boliviano, o que produz o discurso da fronteira como área de contágio, na qual a enfermidade representa “um signo de corrupção física e moral, um signo de falta de civilização” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 132).

Entendemos, porém que esta é uma construção identitária contextual e que, em grande medida, mascara as relações de poder e de disputa por bens materiais e imateriais, ou seja, a disputa de grupos sociais pelos recursos na fronteira, que não necessariamente estão baseados na oposição brasileiro/boliviano. Esta divisão absoluta entre “nós” e “eles” não se sustenta, quando analisamos empiricamente a vida social nesta fronteira que é muito mais rica e complexa, em função dos processos de “hibridização”, e dos fluxos culturais que aí ocorrem.

Há também efeitos perversos deste tipo de discurso que divide as pessoas e grupos sociais apenas por sua origem nacional, em um lugar de intenso trânsito bi-nacional, principalmente porque inúmeras práticas que tangenciam a lei, especialmente as inúmeras modalidades de comércio fronteiriço, estão comumente associadas apenas aos bolivianos, reforçando estigmas e preconceitos xenófobos na região. Esta situação moral que classifica o “outro” e a fronteira como marginais, produz um discurso que tem como um de seus principais efeitos a reificação da região de fronteira como área isolada e “terra de ninguém”, onde impera a violência, a anomia, ou como um lugar onde o Estado está ausente.

As áreas de fronteira são regiões propícias à negociação (não apenas materiais, mas também imateriais), seja pela existência de câmbios distintos,

pela oferta de mão-de-obra, por incentivos fiscais, acordos bilaterais e processos migratórios, seja pela dinâmica das construções identitárias, ou pela interação social e trocas simbólicas. A fronteira, portanto, representa para seus moradores, tanto um recurso material, quanto social (VALCUENDE; CARDÍA, 2009).

Fronteira: espaço em movimento

Nosso corpo docente e os alunos do Programa de Mestrado vêm trabalhando com a ideia de fronteira como um espaço em movimento, isto é como um espaço vivo e vivido. Esta perspectiva teórica nos permite ir além das visões das fronteiras baseadas apenas no dogma da soberania dos estados nacionais, que trabalham necessariamente com a idéia de limite estático e definitivo do Estado. Isto nos leva à concepção de fronteira como zona “liminar”; representando espaços que ainda estão sendo estruturados; vivenciada como “zona de interesses mútuos” (LEACH, 1960).

O conceito de liminaridade em antropologia surge a partir das análises sobre os ritos de passagem desenvolvidas por Van Gennep e sobre os processos rituais estudados por Victor Turner. Van Gennep afirma que durante a passagem ritual entre dois territórios, existe uma região, que designa com o nome de margem, que adquire em determinadas ocasiões, certa autonomia. Entende-se que nestas zonas, que “flutuam entre dois mundos”, uma pessoa pode sair de um “mundo anterior” para entrar em um “mundo novo” (VAN GENNEP, 1978, p. 36). Durante este processo existem os ritos preliminares, de separação do mundo anterior, os ritos liminares, executados durante o estágio de margem e os ritos pós-liminares de agregação ao novo mundo. Este esquema de ritos de passagem pode ser útil para pensar a fronteira (e seus moradores) como uma região que vive, em alguns de seus aspectos, neste estado liminar, de ambiguidade entre dois ou mais contextos simbólicos, políticos, econômicos e assim por diante. A implantação de legislações específicas nas fronteiras é um dos exemplos de como essas regiões adquirem certa “autonomia” e um status diferenciado e que não se situam inteiramente em nenhum dos dois “mundos”, no caso, sob a completa jurisdição de dois ou mais países.

Turner (1974), por sua vez, afirma que a primeira fase dos rituais (de separação) significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo de uma estrutura social ou de suas “condições culturais”. Na situação de liminaridade as características do sujeito ritual são ambíguas e somente na terceira fase de reagregação ou reincorporação, consuma-se totalmente a passagem. Para este autor, é somente neste último estágio em que o sujeito permanece em um estado relativamente estável e somente aí pode ter direitos e deveres definidos pelas normas do novo grupo (TURNER, 1974, p. 116-117).

Não apenas as identidades, mas também as práticas sociais dos moradores fronteiriços se processam, em grande medida, na tensão entre o controle do Estado e a possibilidade de sua evasão (GRIMSON, 2001). Ao

classificar o comércio fronteiriço como “contrabando”, adota-se uma visão do Estado para este tipo de comércio e não das populações locais que vêem esta prática como legítima (ver FLYNN, 1997; WILSON; DONNAN, 1999).

A fronteira, de acordo com Rabossi, pode ser entendida como um lugar privilegiado “para pensar sobre negócios, sobre limites, sobre intercâmbios no limite do regulamentado, sobre as vidas daqueles que ganham sua vida através desses limites (é no aproveitamento dos diferenciais derivados desse pertencimento a espaços econômicos diferentes, que encontramos uma das motivações que mobiliza o comércio)” (RABOSSI, 2004, p. 26).

Entre os geógrafos brasileiros destacamos o trabalho de Lia Osório Machado que estabelece uma distinção entre “fronteira” e “limite” (distinção semelhante também na língua inglesa entre os termos “frontier” e “border”). A fronteira estaria orientada para fora, como vetor de forças centrífugas, enquanto os limites estariam orientados “para dentro” (forças centrípetas).

Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação (MACHADO, 1998, p. 2).

Este processo de circulação de riquezas, de possibilidades de negócios e de acumulação de capital, que atrai pessoas para a região de fronteira depende, entretanto, de um espaço relativamente integrado em redes mais amplas (com outros centros urbanos), em circuitos do grande capital e com alguma infra-estrutura de serviços do Estado. Não é, portanto, qualquer região de fronteira entre países que reúne essas condições, e é a cidade (o núcleo urbano) de fronteira que vai se configurar como o espaço propício para as oportunidades de negócio e de atração de mão-de-obra e como um mercado consumidor. Neste sentido, as cidades de Corumbá-Ladário (Brasil) podem ser consideradas como um dos principais núcleos urbanos de fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos, como um ponto de conexão entre portos do oceano Pacífico e Atlântico e que conta com rodovias, ferrovias, hidrovia e aeroportos.

Para Becker (1985), a estruturação da fronteira se viabiliza pela mediação do urbano, que é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação e de seu ordenamento territorial. Para esta autora os núcleos urbanos, entre outros aspectos, constituem-se como dispositivos espaciais que sustentam

a circulação, principalmente da força de trabalho e do capital. Assim, a circulação, principalmente de capital, força de trabalho e de informação, é que constituem a base da integração da fronteira (BECKER, 1985). Entre os fatores de atração de pessoas para os núcleos urbanos de fronteira, destacamos a presença da escola e serviços públicos, as maiores oportunidades de emprego e uma expectativa de acumulação de capital.

Esta ocupação da fronteira, a partir de migrações para núcleos urbanos aí situados pressupõe a existência de processos de adaptação e re-significação social deste espaço por parte dos migrantes, assim como pelos moradores mais antigos. Autores como Haesbert (2004) nos ajudam a discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos que indicam a complexidade de nossa multiterritorialidade contemporânea. Entende-se aqui o território numa perspectiva integradora e de acordo com Haesbaert, que propõe uma leitura do território

como espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O processo de desterritorialização é, portanto, dialético e pressupõe uma nova territorialização que pode ser 'in situ' ou em outro espaço (HAESBAERT, 2004, p. 74).

É justamente por ser um espaço liminar que a fronteira revela toda sua riqueza e complexidade, constituindo-se por um lado, como uma área propícia à insubordinação de indivíduos e grupos sociais em relação à legislação nacional, e como um lugar onde existe relativa liberdade de ação (que a torna uma região mais fluida e não totalmente estruturada); e por outro, como um lugar onde se exerce visivelmente o controle e repressão do Estado que pretende controlar e regular seu espaço soberano. Neste sentido concordamos com Velho, quando compreende a fronteira como "o lócus onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor de combinam e, é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira" (VELHO, 1979, p. 102). De acordo com Machado, nas fronteiras está sempre presente o

desafio ao conceito de lei territorial representado pela situação de fluidez e imprevisibilidade nas faixas de fronteira, onde pouca lei e pouco respeito à lei desafiam os limites de cada estado. Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve não só à multiplicação de redes trans-fronteira mas também à competição entre diferentes sistemas de normas, induzida pelos próprios estados e por

outras grandes organizações, legais e ilegais. Frente a essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei (MACHADO, 1998, p. 6).

Alguns autores no Brasil (VELHO, 1979; HOLANDA, 1975), retomaram os estudos do historiador Frederick Turner sobre o avanço da fronteira oeste nos Estados Unidos, adaptando-os à realidade brasileira, abrindo caminho para uma discussão interessante do conceito de fronteira como uma área marginal do estado nacional, ou seja, como área propícia à colonização interna realizada pelo próprio estado. Frederick Turner procurou compreender a dinâmica de adaptação à “nova terra”, na marcha para o oeste dos pioneiros estadunidenses, defendendo que a singularidade americana era fruto da fronteira. A “terra livre” (que se torna um mito da colonização nas Américas), nos EUA teria tido a função de uma válvula de segurança para os conflitos sociais, permitindo que, na medida em que as cidades e vilas se saturassem, os indivíduos tivessem a oportunidade de partir para uma região não desbravada, e, basicamente por seus próprios esforços, constituíssem uma nova sociedade. Esse processo, para Turner favoreceu a expansão do individualismo e de um “espírito” da democracia estadunidense a partir da fronteira, na qual prevaleceram “indivíduos igualitários, com iniciativa e amantes da liberdade”. Dessa maneira, a democracia americana teria seu fundamento na dinâmica da fronteira e não apenas nos valores trazidos da Europa (KNAUSS, 2004).

Esta visão propicia a compreensão de produção histórica de discursos que reforçam o papel de soberania estatal e que nortearam as políticas de ocupação do território nacional, como, por exemplo, através da idéia de “fronteira agrícola”. A partir daí podemos entender os processos de longa duração do movimento realizado pelo binômio Estado/Capital, irmãos siameses no avanço das fronteiras no interior dos estados nacionais e na expropriação do indígena e do camponês, que são vistos como um entrave ao desenvolvimento, em discursos estruturados a partir das elites governantes.

Este processo de avanço das fronteiras do Capital, de colonização interna dos territórios nacionais nas Américas está na base de conflitos sociais estruturais na história do continente. A expropriação de populações nativas como é o caso do Mapuches na Araucania e Patagônia Chilena e Argentina, assim como na “marcha para o oeste” nos Estados Unidos e no Brasil, se baseiam em discursos que ora invisibilizam a presença dessas populações, reforçando o mito das “terras livres”, ora as associam ao atraso, à barbárie, e ao estado de natureza que precisa ser domada. Neste sentido a fronteira ganha novos significados como a frente pioneira de avanço da civilização e do progresso. Autores como Martins (2009), por exemplo, entendem justamente a fronteira como local de conflitos sociais, a partir do encontro e da degradação do outro:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o local da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular (MARTINS, 2009, p. 133).

O avanço das fronteiras e da produção de um território nacional demanda também uma incessante produção de conhecimento por parte do Estado, sejam pelos inquéritos, censos e principalmente a partir dos mapas. Isto é, a ideia de nação envolve a produção de um conhecimento que produz efeitos sociais, como a colonização das terras, a expropriação de antigos moradores e o avanço do agronegócio, por exemplo. A unidade nacional e a soberania e a delimitação e avanço das fronteiras dependem da eficácia de um aparato burocrático e da máxima de “conhecer para dominar”.

No caso do Mato Grosso do Sul, na historiografia local há interpretações como a de Corrêa (1999), que relata que até as primeiras décadas do século XX, a presença do Estado brasileiro na região de fronteira do atual Estado de Mato Grosso do Sul foi frágil, o que teria permitido a construção de uma vida fronteiriça “indefinida”, na qual predominavam o banditismo e a violência como fonte de poder político e onde o caráter estrangeiro contrariava o discurso das autoridades que defendiam a presença nacional através de suas instituições (CORRÊA, 1999, p. 13). Para este autor a fronteira começa então a ser “nacionalizada” e controlada com a construção de quartéis em um primeiro momento e com a “marcha para o oeste” do Estado Novo, quando finalmente ocorre a incorporação efetiva da fronteira pelo Estado brasileiro (CORRÊA, 1999, p. 13).

Por fim, podemos trabalhar também a idéia das “fronteiras” como um campo de disputas (como fonte de recursos econômicos e sociais), onde se dão também os processos de integração formal e informal de grupos sociais. Esses processos ocorrem, por sua vez, em fronteiras que nunca estão acabadas, mas estão sempre se redesenhando, ou como afirma Augé, “a fronteira tem sempre uma dimensão temporal: é a forma do devir” (AUGÉ, 2010, p. 25). Levando mais adiante esta questão, concordamos com Bourdieu, que a “realidade” é sempre social e as classificações mais “naturais” se sustentam em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, “produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Da teoria à prática: a experiência do Mestrado em Estudos Fronteiriços

Após apresentar alguns caminhos abertos pelos autores citados, entre as várias disciplinas das ciências humanas que são ofertadas pelo programa

de Mestrado, nosso maior desafio é realizar a passagem da teoria à prática. Como incorporar essas e outras discussões nas salas de aula do Mestrado e nas pesquisas empíricas realizadas pelos alunos, que possuem diferentes formações acadêmicas? Em que medida nós, professores, pesquisadores e alunos do Programa de Mestrado, somos realmente capazes de “cruzar as fronteiras” de nossas áreas de formação e criar metodologias e trabalhar com conceitos efetivamente interdisciplinares no âmbito do Mestrado?

Em primeiro lugar, é preciso destacar que não temos ainda uma resposta objetiva a esses questionamentos, e acreditamos que não exista uma receita pronta capaz de ser aplicada a qualquer contexto. A implantação e o desenvolvimento de um Mestrado interdisciplinar se realizam na prática cotidiana da Universidade e dependem do esforço e comprometimento coletivo dos atores sociais envolvidos, em suas configurações locais específicas. Este é um ponto de partida importante para o sucesso das experiências interdisciplinares: esta é uma tarefa necessariamente coletiva.

Os chamados estudos transversais, expressão oficial da CAPES, podem ser importantes pontos de partida e de chegada, uma vez que pressupõem a atuação um pesquisador de formação disciplinar distinta a do objeto de estudos, associados a outros pesquisadores de distintas áreas, também. Optar por esse caminho inclui aceitar a possibilidade de riscos, principalmente, de não haver aprofundamento sobre o objeto estudado, ficando os pesquisadores retidos no emaranhado de resultados imediatos.

Entendemos que, por um lado, os estudos transversais possuem sua importância e eficiência, por outro, devemos estar atentos, e fazer de forma permanente a reflexão de como estabelecer e garantir a permanência da interdisciplinaridade. Partimos do ponto no qual verificamos a existência de circuitos de debates, estabelecidos interna e externamente ao MEF, e que têm graus diferenciados na intensidade do debate interdisciplinar. Possuidor de tema universal, que impõe reconhecê-lo como peculiar, o MEF se propõe a estabelecer interlocuções que se aproximem dessas ideias de interdisciplinaridade, ou seja, o entendimento de que as complexidades, inerentes ao tema, que não são bem compreendidas quando restritas aos estudos disciplinares.

Se pensarmos os circuitos internos e externos ao MEF, poderemos encontrar algumas possibilidades de estabelecimentos de rotina de estudos interdisciplinares, e que não sejam apenas circunstanciais. Nos circuitos internos, o debate sobre as pesquisas, tanto de discentes, quanto de docentes, pode trazer à luz a intensidade de informações coletadas, bem como, tornar visível as leituras sobre tais realizações. Contudo, ainda no circuito interno, o momento mais apropriado, não apenas para realizar uma averiguação, mas, sim, um profundo debate, ocorre nos exames de qualificação, que não podem ser entendidos como etapa burocrática tampouco como um instante de avaliação.

O exame de qualificação, na perspectiva desse artigo, vai revelar não somente se o avaliado está inserido em contextos e propostas interdisciplinares, mas, sim, sobretudo, se os examinadores estarão, de tal

forma, comprometidos tanto com a temática fronteiriça, quanto com seu destino interdisciplinar. Dos caminhos disponíveis para interlocução entre pesquisadores, internamente ao MEF, esse é o que consideramos como momento chave para a reflexão e para o amadurecimento das propostas interdisciplinares, além de uma severa averiguação da metodologia utilizada.

Devemos fazer uma breve análise sobre a questão metodológica. Entendemos que ela não deve estar no mesmo nível do conceito, mas por ter caráter operacional, a metodologia merece destaque e constantes retomadas de discussões. Um Mestrado cujo tema central é Fronteira, por consequência está mergulhado em processos avaliativos sobre suas metodologias, admitindo a existência de incontáveis possibilidades metodológicas.

Sendo assim, estabelecemos como ponto de partida metodológico, que os alunos devem viver a fronteira, vivenciar a experiência cotidiana das ruas das cidades fronteiriças, na qual aparecem as pessoas de “carne e osso” que aí interagem no seu dia-a-dia (sejam elas moradores, comerciantes, funcionários públicos, policiais, sacoleiros, taxistas e assim por diante) e não como “abstrações” do sistema. O grande desafio que estamos enfrentando é o de levar em consideração as diferentes formações de professores e alunos, mas sem perder de foco o trabalho empírico que sustenta, de fato, nossas discussões. Além disso, o comprometimento dos professores em realizar leituras de outras disciplinas e criar reuniões sistemáticas de discussões sobre os estudos fronteiriços (em suas distintas abordagens) é uma condição fundamental para a efetivação deste projeto. Acreditamos que estas são as primeiras medidas que nos permitirão, no futuro, unir as duas propostas levantadas por Leis (2011) de integrar um conjunto de pessoas para pensar e solucionar problemas que demandem abordagens interdisciplinares, assim como criar debates e produzir conhecimentos comuns a partir de disciplinas distintas. Destacamos também que essa é uma das demandas da CAPES para os Programas de Mestrados Profissionais, como é o nosso caso, ou seja, é preciso não apenas pensar sobre determinados problemas, mas propor soluções e ações práticas além dos muros da academia.

Nos circuitos externos ao MEF, pensamos que as articulações de docentes com outros grupos de pesquisa são excelentes pontos de partida. Afinal, delas são propiciados interessantes estágios de interlocuções. Em síntese, pesquisador bem articulado externamente pode se constituir em um importante elemento de inovação em seu ambiente de trabalho, arejando o debate, propiciando mobilizações no sentido de atualizar assuntos e propostas. O apoio institucional e financeiro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul), CAPES e CNPq vem garantindo a realização do Seminário de Estudos Fronteiriços, evento bienal ligado ao MEF que já teve três edições realizadas na cidade de

Corumbá. O Seminário de Estudos Fronteiriços é uma oportunidade ímpar para a troca de experiências e ideias; para o estabelecimento de parcerias e pesquisas conjuntas; para a divulgação de nossas pesquisas no âmbito do MEF, além de propiciar possíveis convites para participação em nossas bancas de qualificação e defesa.

Contudo, tais articulações não são ainda totalmente suficientes para garantir que o Programa de Pós-Graduação esteja inserido em constantes debates sobre seu caráter interdisciplinar. É necessário que sejam estabelecidos laços para além do interpessoal, localizando-se nas esferas interinstitucionais, principalmente, sob o formato de convênios. Os convênios, neste caso, devem observar a natureza interdisciplinar, propiciando, além da mobilidade espacial dos pesquisadores docentes e discentes, o trânsito de debates e compartilhamento de projetos de pesquisa. Na essência do convênio deve estar inscrita a interdisciplinaridade, senão o próprio sentido do Mestrado se esvazia. Garantir a transversalidade da pesquisa é, acima de tudo, o desafio de assegurar o germinal do Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Notas

* Antropólogo, docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços, do câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: guvillela75@ig.com.br

** Historiador, docente e Coordenador do Mestrado em Estudos Fronteiriços, câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marco.cpan@gmail.com

¹ O conceito de panoptismo pode ser descrito, resumidamente, como uma invenção tecnológica na ordem do poder e do controle, executada historicamente a partir de instituições sociais como as escolas, casernas, hospitais, onde ocorreu a experiência da vigilância integral que é incorporada pelos aparelhos policiais e pela administração do estado. Esta continuidade carcerária e a difusão da forma-prisão permitem legalizar e legitimar um poder disciplinar (FOUCAULT, 1997).

Referências

ALBUQUERQUE, José L. C. A Dinâmica das Fronteiras: Deslocamento e Circulação de 'Brasiguaios' Entre os Limites Nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

AUGÉ, Marc. **Por uma Antropologia da Mobilidade**. Maceió: Ed. UNESP e UFAL, 2010.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O Guru e o Iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BECKER, Bertha K. Fronteira e Urbanização Repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 47, n. 3/4, p. 315-476. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen (org.). **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília: Editora UNB, 2005.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

COSTA, Gustavo V.L. Contrabando Para Quem? Controle e (in)disciplina na fronteira Brasil - Bolívia, em Corumbá-MS. In: **Anais do II Congresso Internacional do NUCLEAS**, Rio de Janeiro, 2010.

DONNAN, H.; WILSON T.M. **Border approaches: anthropological perspectives on frontiers**. Lanham: University Press of America, 1994.

_____. **Borders: Frontiers of Identity, Nation and State**. Berg: Oxford and New York, 1999.

FLYNN, Donna, K. "We are the Border": identity, exchange, and the state along the Benin-Nigeria border. **American Ethnologist**, 24(2), p. 311-330. 1997.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRIMSON, Alejandro. Pensar Fronteras desde las Fronteras. **Nueva Sociedad** n.170. Noviembre-Diciembre. Honduras, 2000.

_____. Fronteras, Estados e Identificaciones em El Cono Sur. In: **Cultura y Transformaciones Sociales em Tiempos de Globalización**. Argentina, Buenos Aires, Clacso, agosto de 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HANNERZ, Ulf. Fluxo, Fronteiras, Híbridos: Palavras Chave da Antropologia Transnacional. **Mana**, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Imperio**. Paidós: Buenos Aires, Barcelona, México, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, José Olympio/Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

KNAUSS, Paulo. (org). **Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EdUFF, 2004.

LEACH, Edmund. The Frontier of Burma. In: **Comparative Studies in Society and History**, v. III, n. 1, Mouton & Co, The Hague, Netherlands. 1960.

LEIS, Hector. Especificidades e Desafios da Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. In: PHILIPPI JR, A.; NETO, A.J.S. (ed.) **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. São Paulo: Editora Manole, 2011.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p. 41-49.

_____. Região, Fronteiras e Redes Ilegais – Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. **LIMES – Revista Italiana di Geopolitica**. Quaderni Speciali, Suplemento al n. 3, p. 173-183, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA Filho, João Pacheco de. Uma Etnologia dos ‘Índios Misturados’? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Fronteiras Sul-americanas: dinâmicas, conflitos e integração. In: **Anais do II Congresso Internacional do NUCLEAS**, Rio de Janeiro, 2010.

RABOSSI, Fernando. **Nas Ruas de Ciudad Del Este**. Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2004.

RIBEIRO, Maria Lúcia O. **O Idioma e a Escola de Fronteira como Fatores de Inclusão Social de Crianças e Adolescentes em Corumbá (BR) e Puerto Quijarro (BO)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços/UFMS/ CPAN, 2011.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

VALCUENDE DEL RÍO, José Ma; CARDIA, Lais M. Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, v. XIII, n. 292. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. Acesso em 10 maio 2012.

VAN GENNEP. Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIDAL, Dominique. Vivre sur Fond de Frontières. Les Migrants du Mozambique à Johannesburg. **Cultures & Conflits** (em ligne), n. 72, Frontières et Logiques de Passage, 2008.

Recebido em: abril de 2012.

Aprovado em: maio de 2012.